

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 271

Período: 20/10/07 a 26/10/07

GEDES – Brasil

- 1- Sucateamento das Forças Armadas é abordado por militares, pelo Ministro Jobim e pelo presidente Lula
- 2- FAB constrói pista na tríplice fronteira do Brasil com Guiana e Venezuela
- 3- Brasil disputa espaço orbital com países andinos
- 4- Controle militar sobre aviação civil é criticado
- 5- Comandante da Marinha anuncia submarino nuclear para 2020
- 6- Impasse sobre propriedade do Exército em Rondônia

1- Sucateamento das Forças Armadas é abordado por militares, pelo Ministro Jobim e pelo presidente Lula

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, apontou a necessidade de se recuperar e substituir parte da frota de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), devido ao longo tempo de uso de algumas aeronaves. Ressaltou, especialmente, a importância de recuperação da frota Hércules, além da necessidade de novas aquisições de aeronaves para a FAB. Conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados ouviu relatos de representantes das três forças que denunciaram a precariedade, ineficiência e sucateamento das Forças Armadas do país. Segundo o jornal, o governo somente dispõe às Forças Armadas o suficiente para os gastos com pessoal e, com relação aos investimentos em equipamentos, treinamento e modernização, o governo se mostra sovino. Desta forma, a obrigação constitucional das Forças Armadas de proporcionar a defesa e a integridade territorial do país dificilmente poderá ser cumprida em casos de emergência. Outro efeito da fragilidade das Forças Armadas do país está na perda de capacidade dissuasória nacional e a conseqüente limitação das forças em oferecer suporte à política externa brasileira em seus diversos foros. Segundo o *Estado de S. Paulo*, a falta de recursos para manutenção faz com que hoje as Forças Armadas brasileiras percam em qualquer critério de classificação para as Forças Armadas do Chile, Peru e Venezuela, o que para um país com as aspirações de liderança no cenário estratégico regional como o Brasil, é extremamente negativo. Após ignorar os avisos do então ministro da Defesa José Viegas, sobre um provável apagão aéreo, o jornal afirma que ignorar as advertências dos comandos militares pode ser muito perigoso para o país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na cerimônia do Dia do Aviador que está consciente da atual situação da FAB e que trabalha para buscar soluções a médio e longo prazo para tais problemas. A *Folha de S. Paulo* afirmou que atualmente o Ministério da Defesa analisa a possibilidade de compra de jatos para transporte de material e deslocamento das tropas estratégicas de pronto-emprego. No entanto, tais pretensões, bem como maiores investimentos na área militar ficarão para 2009, tendo em vista que o Plano Estratégico só será finalizado em 07/09/08 e o Orçamento para 2008 já foi concluído. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/10/07; Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 21/10/2007; Estado de S. Paulo 24/10/07 - Nacional).

2 - FAB constrói pista na tríplice fronteira do Brasil com Guiana e Venezuela

A Força Aérea Brasileira (FAB) construiu uma pista de operações na Amazônia, que conta com 700 metros e localiza-se a 6 km da Venezuela e a 6,5 km da Guiana. A área estratégica em Caramambataí, no sopé do Monte Roraima, em Rondônia, é a única presença do governo na complexa região da tríplice fronteira. Conforme divulgou o jornal *O Estado de S. Paulo*, em agosto de 2006, militares da Venezuela não se deixaram intimidar pela presença de membros da Diocese de Rondônia e do Ministério Público Federal de Boa Vista ao invadirem em dois helicópteros o espaço aéreo brasileiro pelo norte de Roraima para interrogar o povo ianomami sobre a exploração de ouro na região. A nova pista de operações recebeu na última semana líderes de cinco nações indígenas para uma assembléia de 48 horas, que chegaram em aviões da FAB. Na pauta da reunião constavam programas de desenvolvimento e tratados de convivência pacífica entre as etnias. Apesar de passar por várias dificuldades em sua conclusão (como a compra de materiais básicos) a construção e utilização da pista é considerada essencial pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que afirmou ser a segurança da Amazônia, questão prioritária. A pista receberá ao menos uma vez por mês, a partir de novembro, um voo do Correio Aéreo Nacional (CAN) que carregará medicamentos, alimentos e profissionais da saúde, no entanto, o ponto não deve se transformar em uma base aérea. (*Estado de S. Paulo – Nacional – 21/10/07*)

3- Brasil disputa espaço orbital com países andinos

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Brasil e países andinos disputam na Conferência Mundial sobre Radiocomunicação da União Internacional de Telecomunicações (UIT), realizada em Genebra, a órbita 68, um espaço orbital considerado estratégico na América do Sul e que havia sido concedida aos países andinos pela UIT, órgão que determina a autorização de uso de diferentes órbitas, há sete anos, sob a condição de que deveriam lançar, até setembro de 2007, um satélite em órbita. Entretanto, o prazo não foi respeitado e, pelas normas da UIT, a concessão é passada a outro país interessado. O orbital 68 fica sobre a Amazônia colombiana e, por estar sobre a linha do Equador, é uma das melhores posições para as comunicações entre norte e sul do globo, por ser visível aos dois hemisférios. Para o ministro das Comunicações, Hélio Costa, o Brasil é o próximo país a quem a concessão deveria ser passada caso os primeiros da lista não cumprissem o prazo. Afirmou ainda que o Brasil está disposto a destinar R\$ 700 milhões ao novo satélite, mas ainda deve esperar pela decisão final da UIT, tendo em vista que os países andinos solicitaram prorrogação do prazo para que possam ter seu satélite lançado. Apesar de relacionada às aplicações de telecomunicações, a Aeronáutica também se posicionou sobre o caso, apontando que seria muito proveitoso ao país a obtenção de tal órbita, pois os satélites brasileiros “estão todos ocupados”. Contudo, segundo o coronel engenheiro Eduardo Siqueira, mais urgente que a órbita 68 é a finalização do Programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB) que prevê o lançamento, a partir de 2009 ou 2010, de três satélites com o custo de US\$ 1 bilhão, mais US\$ 500 milhões para as obras terrestres. O SGB seria útil às necessidades de tráfego aéreo, telefonia, meteorologia, comunicações de segurança nacional e de defesa, mas encontra-se parado. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/10/07*).

4- Controle militar sobre aviação civil é criticado

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, o advogado e professor de teoria do direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), Marcelo Neves, criticou o controle da Aeronáutica sobre a aviação civil brasileira, o que chamou de “militarismo anacrônico”. De acordo com Neves, o controle militar sobre aviação civil é inadequado

tanto do ponto de vista constitucional quanto em relação às demandas da sociedade. No primeiro caso, o artigo 142 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”; e, portanto, o advogado analisa como discutível a ampliação das funções das Forças. No segundo caso, Neves argumenta que além do Brasil, apenas cinco países (Eritréia, Etiópia, Somália, Uruguai e Argentina) detêm o controle do tráfego aéreo sob a responsabilidade dos militares, apontando que tal modelo é anacrônico “às exigências da aviação civil em uma sociedade global complexa”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 25/10/07).

5- Comandante da Marinha anuncia submarino nuclear para 2020

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Julio Soares de Moura Neto, anunciou que o submarino nuclear brasileiro pode ser concluído no ano 2020, caso os investimentos prometidos pelo governo federal, aproximadamente um bilhão de reais, sejam concretizados. De acordo com o almirante, a Marinha poderá produzir combustível nuclear em escala industrial a partir de 2015. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/10/07).

6- Impasse sobre propriedade do Exército em Rondônia

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Justiça Federal de Rondônia outorgou liminar declarando a posse da União sobre o terreno denominado “Flor de Maracujá 1”, localizado no centro de Porto Velho (capital do estado), que foi ocupado por cento e vinte fuzileiros armados da 17ª Brigada de Infantaria da Selva, no dia 21/10/07. O terreno pertencia ao Exército, que o colocou à venda em 2006. Parte dele estava sendo negociada com o governo do estado de Rondônia para a construção de um teatro, mas ainda não havia um acordo sobre o assunto. Em visita ao estado, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi questionado pelo governador Ivo Cassol sobre a possibilidade de doação do terreno, mas na ocasião apenas disse que iria estudar o caso. O chefe do Comando Militar da Amazônia, general Heleno Pereira, disse à *Folha de S. Paulo* que o governador Cassol havia cercado a propriedade sem o consentimento do Exército, e que a ocupação ocorreu pois o fato foi caracterizado como invasão de terras da União. De acordo com o general, o Exército deixaria a propriedade na madrugada do dia 26/10, após a concessão da liminar pela Justiça Federal. (Folha de S. Paulo – Brasil – 23/10/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 24/10/07; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/10/07).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, graduanda em Relações Internacionais) e Victor Missiato (Redator, graduando em História; bolsista PIBIC/CNPq).